

Especialistas avaliam impactos do tarifaço

Como medidas de Donald Trump serão sentidas no Brasil

Por Karoline Cavalcante

As recentes elevações de tarifas anunciadas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano), ainda geram incertezas sobre os impactos para o Brasil. A aplicação das sobretaxas, que já havia sido antecipada por Trump nas semanas anteriores, foi confirmada na última quarta-feira (2) durante uma coletiva de imprensa na Casa Branca. Para o Brasil, a medida implica uma tarifa adicional de 10% sobre as importações, além dos 25% já aplicados ao aço e ao alumínio. O Correio da Manhã consultou especialistas para entender melhor as consequências dessa decisão.

Na avaliação da professora de Relações Internacionais do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec-SP), Karina Calandrin, as novas tarifas impactam tanto o plano econômico quanto o político e diplomático do país. Segundo Calandrin, essa elevação tende a reduzir a competitividade de exportações brasileiras diretamente afetadas, o que pode resultar em uma queda nas vendas externas e em dificuldades para setores inteiros da economia nacional.

“Além disso, mesmo os produtos não diretamente tarifados podem ser impactados de maneira indireta, na medida em que outros países busquem redirecionar suas exportações para mercados alternativos, aumentando a concorrência com os produtos brasileiros em regiões como Europa, Ásia e América Latina”, explicou.

Reação

Em reação ao tarifaço, a China anunciou uma tarifa de



Alan Santos/PR

Tarifaço de Trum traz problemas, mas pode trazer também oportunidades

34% sobre produtos dos EUA, com início em 10 de abril, além de restrições à exportação de minerais raros. A União Europeia, segundo a Reuters, também se prepara para adotar medidas retaliatórias contra a tarifa de 20% de Washington, caso as negociações falhem.

Na semana passada, o Congresso brasileiro aprovou o “PL da Reciprocidade” (PL nº 2.088/2023), que permite ao governo adotar contramedidas tarifárias. A medida, que teve a unanimidade tanto de governistas quanto oposicionistas na Câmara e no Senado, aguarda a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estuda também recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Impacto moderado

Para a internacionalista Elisa Ribeiro, embora os EUA sejam o segundo maior parceiro comercial do Brasil, o impacto das tarifas será moderado, já

que as exportações para os EUA representam apenas 2% do PIB brasileiro. Ela destacou que, em março, as exportações para os EUA caíram 3,3%, enquanto as importações aumentaram 17,6%, gerando um déficit de US\$ 0,26 bilhões na balança comercial. Ribeiro também observou que, no primeiro trimestre de 2025, as exportações para os EUA caíram 0,8% em relação ao ano anterior.

Ela também alertou que os impactos serão sentidos em ambos os países: “Nos EUA, os produtos importados provavelmente terão aumento de preço, o que pode levar a um incremento da inflação”.

Oportunidades

Na perspectiva do gerente de Comércio Internacional da BMJ Consultores, Leandro Barcelos, a situação pode, inclusive, abrir oportunidades para o Brasil se posicionar como alternativa para importadores que buscam evitar ta-

rifas mais altas sobre produtos de outros países.

“Setores com vantagens competitivas podem se beneficiar, e a guerra comercial global pode levar a uma reconfiguração do comércio internacional. Além disso, a imposição de tarifas de 10% a parceiros comerciais na América Latina, que tinham tarifa zero para exportação para os Estados Unidos, criam oportunidades para o Brasil, pois colocam a indústria brasileira no mesmo grau de competitividade”, afirmou Barcelos.

Por outro lado, o economista e doutor em Relações Internacionais Igor Lucena alerta para os riscos da medida. Embora haja possíveis efeitos positivos, ele acredita que, na prática, a situação é prejudicial. Com o aumento das tarifas, produtos americanos importados, como serviços, softwares, peças de computador, celulares e aeronaves, ficarão mais caros.

Caiado lança pré-candidatura à presidência da República

Reprodução Instagram/Ronaldo Caiado

Por Gabriela Gallo

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), lançou sua pré-candidatura para concorrer à presidência da República em 2026. Ele anunciou oficialmente que disputará a corrida eleitoral pouco antes da cerimônia em Salvador (BA) para receber o título de “Cidadão Baiano e Comenda 2 de Julho”, nesta sexta-feira (4). Com o lema “Coragem para endireitar o Brasil”, o governador criticou o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em discurso anunciando sua candidatura e destacou como pauta para sua gestão a segurança pública.

“Quando eu falo de segurança pública, eu não falo porque é apenas um segmento da responsabilidade do governador. Eu falo porque eu sei que no estado democrático de direito quando se tem segurança pública se tem gestão plena”, discursou.

“Naquele momento, quando eu recebi o governo, Goiás era a Disneylândia dos bandidos”, disse Caiado.

“Aqui tem dez cidades hoje na Bahia como as mais violentas do país. Goiás tinha as quatro primeiras cidades mais violentas do país. Na posse, eu disse: ‘O primeiro mandamento do governador Ronaldo Caiado é ou bandido muda de profissão ou o bandido muda de estado’”, completou, ao se lançar pré-candidato.



Caiado pode virar João Doria 2.0?

Ele tem chances?

Ao Correio da Manhã, o consultor de Análise Política da BMJ Consultores Associados Érico Oyama destacou que, antes de avaliar as chances de o candidato goiano vencer a disputa eleitoral, ou chegar ao segundo turno, é necessário esperar os próximos nomes que serão anunciados.

“Há grandes chances de Lula tentar a reeleição, mas no campo bolsonarista o nome é uma incógnita. Se as eleições fossem hoje, as chances de o Caiado ir para o segundo turno seriam mínimas, pois a tendência seria de termos, mais uma

vez, uma disputa polarizada entre o PT e o candidato bolsonarista”, destacou.

A reportagem também questionou o analista político Guilherme Lima, que avaliou que Caiado tem chances de chegar a um eventual segundo turno eleitoral, desde que ele tenha o apadrinhamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). “Se a direita se pulverizar, as chances de Caiado são muito baixas”, afirma.

Fusão União-PP

Outro tópico também pode se tornar um desafio para a candidatura do goiano. Os parti-

dos União Brasil e Progressistas (PP) estudam se unir para formarem uma federação partidária, que, se aprovada, permanecerá unida por quatro anos. Além disso, a proposta é formar uma junção mais flexível, na qual as legendas continuarão com seus nomes e diretórios. Caso PP e União Brasil confirmem a federação, ela passariam a ser a maior bancada do Congresso, com 108 deputados e 13 senadores – ultrapassando o PL na Câmara, que conta com 92 parlamentares.

Para Érico Oyama, a fusão entre os partidos ainda precisa ser discutida entre as siglas porque, apesar de politicamente ser vantajosa para os partidos, “do ponto de vista eleitoral, os partidos perderiam flexibilidade na hora de costurar alianças e acordos”. Ele ainda completou que, caso as siglas se unam, “Caiado seria uma aposta e um caminho para que candidaturas locais possam ser mais independentes”.

Em entrevista ao portal Terra, o próprio Caiado declarou que não concorda com a união dos partidos, alegando que a união traria mais conflitos do que interesses. Para Guilherme Lima, a declaração pode demonstrar um medo do governador de “perder o controle da carruagem”.

“Caiado hoje tem uma vida muito tranquila no União. Para todos os efeitos, hoje ele é o rosto da legenda”.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Reprodução/TRT 7a Região



Casagrande diz que decisões ameaçam direitos

Procuradores: STF atua contra a legislação trabalhista

Procurador do Ministério Público do Trabalho e professor de direito constitucional, Cássio Casagrande afirma que decisões do Supremo Tribunal Federal ameaçam acabar com a legislação trabalhista.

Segundo ele, o STF tem feito, de maneira arbitrária, uma reforma trabalhista mais profunda do que a promovida por Michel Temer em 2017.

Casagrande ressalta,

entre outros pontos, que ministros da corte têm admitido uma pejotização ilimitada (contratação de funcionários como pessoas jurídicas) e a “uberização”, outra forma de precarização do trabalho.

Casagrande e o também procurador do Trabalho e professor de direito Rodrigo Carelli acabam de lançar o livro “A suprema corte contra os trabalhadores” (Editora Venturoli).

Equívoco

Para o procurador, ministros do STF têm aproveitado a possibilidade de terceirização de mão de obra em atividades fins de empresas (liberada em 2017) para respaldar a pejotização. Ele frisa que essa interpretação é equivocada, já que são situações diferentes.

Pejotizados

Lembra que, diferentemente do contratado como pessoa jurídica, o terceirizado tem sua carteira de trabalho assinada por uma empresa, o que lhe garante direitos assegurados pela legislação. “O STF vai transformar o Brasil num país de pejotizados”, prevê.

Carlos Moura/SCO/STF



Gilmar Mendes aceitou pejotização de professor

Decisões são, principalmente, de três ministros

No livro, Casagrande e Carelli destacam que as medidas têm sido tomadas monocraticamente por ministros do STF em recursos — reclamações — contra decisões da Justiça do Trabalho.

Segundo Casagrande, os principais responsáveis pela flexibilização irregular da legislação trabalhista são os ministros Luís

Roberto Barroso, Luiz Fux e Gilmar Mendes.

Relata que Mendes, sócio de uma instituição de ensino sediada em Brasília, admitiu num julgamento a legalidade da pejotização de professor de uma faculdade paulista. O procurador diz que o mesmo ministro vai propor a repercussão geral desse tipo de decisão.

Moscas

Os autores destacam que o não reconhecimento de direitos de motoristas e de motociclistas que prestam serviços a aplicativos como Uber e iFood tem sido outra forma de lesar os trabalhadores. “Os motociclistas estão morrendo como moscas”, diz Casagrande.

Previdência

Ele frisa que a pejotização ameaça também a Previdência. “Como manter o sistema e pagar aposentadorias se todo mundo for contratado como PJ?”, questiona. Nesse tipo de vínculo, as empresas não pagam o INSS relativo ao trabalhador, que opta por contribuir ou não.

Recursos

Casagrande destaca que os motociclistas que se acidentam recorrem a hospitais públicos, mantidos, em boa parte, com recursos da previdência social. Num dos artigos, cita que até 70% dos atendidos em estado grave em hospital da USP são condutores de motos.

Realidade

O procurador diz que, em nome da liberdade econômica, ministros do STF estão destruindo o que classifica de pilar do direito do trabalho, o “contrato-realidade” — o conceito prioriza a realidade das relações de trabalho e não o instrumento de contratação utilizado.